

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.322 - MT (2019/0296189-1)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A
OUTRO NOME : TORTUGA COMPANHIA ZOOTECNICA AGRARIA
ADVOGADO : FABIANO SALINEIRO - SP136831
RECORRIDO : M. M. REPRESENTACOES LTDA
RECORRIDO : MIGUEL ANTONIO MENDES
RECORRIDO : AGROMENDES REPRESENTACOES LTDA
ADVOGADO : RAFAEL BARION DE PAULA - MT011063B

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO INTERPOSTA SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS E CAUTELAR. CONFIGURAÇÃO DOS DANOS. PRETENSÃO RECURSAL QUE ENVOLVE O REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE NÃO SE REVELA EXCESSIVO. RELAÇÃO CONTRATUAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.**

DECISÃO

Consta dos autos que AGROMENDES REPRESENTAÇÕES LTDA., M. M. REPRESENTAÇÕES LTDA. e MIGUEL ANTONIO MENDES (AGROMENDES e outros) ajuizaram ação cautelar e de indenização por danos morais e materiais contra DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A. (DSM PRODUTOS), atual denominação de TORTUGA COMPANHIA ZOOTECNICA AGRARIA, outro nome , objetivando a baixa das anotações restritivas de crédito promovida por esta e ação e a reparação dos danos oriundos de contrato de representação firmado entre as partes, em decorrência do defeito do produto fornecido pela demandada.

Na sequência, DSM PRODUTOS apresentou reconvenção, alegando que os reconvindos (AGROMENDES e outros) receberam vários produtos e não efetuaram o pagamento das duplicatas, o que motivou a inscrição da dívida no cadastro de inadimplentes, pugnando pelo recebimento do valor atualizado de R\$ 121.676,96 (cento e vinte e um mil, seiscentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos).

O juízo de primeira instância julgou procedente a ação principal para condenar DSM PRODUTOS ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), corrigido monetariamente e juros de mora a partir da citação, R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para MIGUEL e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada

uma das autoras AGROMENDES e M. M. REPRESENTAÇÕES; e danos materiais no valor de R\$ 46.541,62 (quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos), corrigido monetariamente e juros de mora a partir do pagamento, sendo R\$ 24.386,00 (vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais) para a empresa AGROMENDES, R\$ 9.530,54 (nove mil, quinhentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos) para a empresa M. M. REPRESENTAÇÕES e R\$ 12.625,08 (doze mil, seiscentos e vinte e cinco reais e oito centavos) para MIGUEL. Julgou improcedente o pedido reconventional e procedente o pedido cautelar para determinar a exclusão das informações negativas existentes em nome das autoras.

O TJMT deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto por DSM PRODUTOS para reduzir o *qauntum* indenizatório em acórdão assim ementado:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PRELIMINAR NÃO CONHECIMENTO DE PARTE DO APELO – AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE APELO DA DEMANDA CAUTELAR – SENTENÇA ÚNICA – PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE – PRELIMINAR AFASTADA – PRODUTO DEFEITUOSO – SAL EMPEDRADO – PERDA DE CREDIBILIDADE FRENTE AOS CLIENTES – DANOS MATERIAIS E MORAIS – CONFIGURADOS – QUANTUM INDENIZATÓRIO REDUZIDO – SENTENÇA REFORMADA EM PARTE – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

“O princípio da unirrecorribilidade consiste na exigência de que cada decisão seja atacada por apenas um recurso, qual seja, o previsto na legislação como adequado. Pelo princípio da unirrecorribilidade, é vedada a interposição de mais de um recurso contra a mesma sentença, ainda que julgados simultaneamente dois processos. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.02.844083-2/001, Relator(a): Des.(a) Marcelo Rodrigues, 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/01/2011, publicação da súmula em 21/01/2011).

De acordo com o enunciado da Súmula nº 227 do STJ, “A pessoa jurídica pode sofrer dano moral”. Hipótese em que o dano moral está comprovado, eis que a credibilidade no mercado ficou visivelmente abalada, ante a venda de produto defeituoso a grande carteira de clientes.

Os danos materiais devidamente comprovados devem ser ressarcidos, eis decorrentes de ressarcimentos a clientes de duplicatas referentes a produto defeituoso.

O da indenização por dano moral deve observar as peculiaridades do quantum caso e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade e minorado para atender a tais princípios (e-STJ fl. 539).

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 586/602).

Irresignada, DSM PRODUTOS interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 186, 405 e 944 do CC/02, ao sustentar que (1) os danos materiais e morais não foram devidamente comprovados; (2) o *quantum* indenizatório seria excessivo; e (3) o termo inicial dos juros de mora é a citação válida, porquanto se cuidaria de responsabilidade derivada de relação contratual estabelecida pelas partes (e-STJ, fls. 604/642).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 648/660).

O recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 661/663).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece ser conhecido em parte.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da comprovação dos danos

O TJMT reconheceu a existência de dano material e moral diante das provas carreadas aos autos, assim concluindo:

Depreende dos autos que o cerne da questão é verificar se houve a falha no produto de fabricação da apelante e revendido pelos apelados e, se deste fato decorreu danos materiais e morais alegações pelos demandantes.

A sentença prolatada explana que os apelados foram prejudicados com o empedramento do sal mineral fornecido pela apelante, para a venda. A citada situação se depreende dos registros fotográficos trazidos no ID. 3979030 - Pág. 2/4, correspondências eletrônicas de ID. 3979030 - Pág. 6/8 e 3979031 - Pág. 1/6 e, em especial, oitiva das testemunhas ouvidas em juízo.

Rebatendo os argumentos dos demandantes a apelante aduz que fornece produtos de alta qualidade e eficácia, e efetivou a troca dos produtos “empedrados” ainda que desconhecendo se o empedramento foi involuntário, causado pela forma de armazenamento e/ou transporte feito pelo apelado, atitude esta que demonstraria seu comprometimento com os clientes, não

Superior Tribunal de Justiça

havendo que se falar em atos ilícitos de sua parte.

Nos termos da Súmula 227 do, STJ, em se tratando de pessoa jurídica, a mesma pode ser objeto de dano moral. Entretanto, para isso, é necessária violação de sua honra objetiva, ou seja, de sua imagem e boa fama, sem o que não é caracterizada a suposta lesão.

Da análise dos autos, está comprovada que a conduta da apelante gerou uma série de transtornos à Empresa apelada, vez que com base nas provas dos autos, documental e testemunhal, aufere-se que houve ofensa à honra objetiva da mesma, bem como de seu sócio, uma vez que a credibilidade da empresa ficou "arranhada" diante de seus clientes, ante ao produto (sal) "empedrado" vendido.

Além disso, passou pelo constrangimento perante os compradores, seus clientes há muitos anos, de que estaria vendendo produto inadequado para o consumo do gado, inclusive, produto este, tão "empedrado" que impossibilitou a utilização, e fez com que o gado perdesse peso e causasse prejuízo aos compradores do sal mineral "Tortuga".

Como destacado na sentença, a situação pode ser verificada pelos depoimentos testemunhais (link dos áudios contido no feito):

"Elio Geraldo Ciodelli: "em 2009 comprei do Miguel 1200 sacos de sal, e foi metade para Monte Verde e metade para mim, só que todo essa sal empedrou, e eu chamei o Miguel, eles foram na fazenda e tiraram foto e eu não fui indenizado em nada, e acabei perdendo uns 200 sacos de sal e o resto o gado consumiu porque eu misturei com outro. Tinha cada bola de pedra enorme, batia com pedra até que desmontava, mas o gado não comia, ficava arrepiado e magro. O sal foi entregue na fazenda, já chegou empedrado, muitas pessoas que compraram, chegou empedrado. Passou o tempo e eu não fui ressarcido e por este motivo passei a não comprar mais sal dele, mesmo que ele mudou, não compro mais dele. Gerou muita chacota pra ele, ele saiu muito prejudicado, sarro, ele foi um dos maiores vendedores da região, eu sai fora dele, não comprei mais sal com ele. Dissolver ele era com um pedaço de pau, não desmanchava direito, o gado não comia, ele arrepiava o pelo".

Jorge Luiz Moura Matos: "comprei 200 sacos do sal, desses 200 quando comecei a usar começou a empedrar tudo ai ele substitui 150 sacos, essa foi a última aquisição de sal que fiz dele, uma sal com uma qualidade que arrepiou o gado, não foi bom. No início quando foi entregue não estava empedrado, quando fui utilizando ai foi vende que o sal estava empedrando. O que ele substituiu também empedrou, alguns foi jogado fora porque não dava nem para quebrar. Sal não comprei mais dele, só compra semente, sal não mais. Outras pessoas comentaram comigo que aconteceu a mesma coisa

Superior Tribunal de Justiça

com ele. A Mitsui é considerada segunda linha, não sei dizer se ainda vende a Mitsui. Trocou os 150 sacos pela mesma marca, e também empedrou, veio de fora, o caminhão vinha entregando na propriedade, o caminhão vem de fora e vai entregando nas propriedades”.

Serigo Gomes Grandi: “comecei a comprar em 2009, comprei 500 sacos de sal Mitsui, antes eu só tinha comprado Premix, essa foi a primeira vez que comprei dele. Quando eu comprei e foi levado lá pra fazenda, meu filho ligou e disse que os sal estava com problema, esta empedrado, ai fui pra lá e vi que o sal estava empedrado, ai o boi ficava lambendo aquelas pedras. Cada vez que eu vinha pra cidade eu trazia 40, 50 sacos e ai ele trocava por outro sal, eu trazia o Mitsui (empedrado), e ele trocava por um Mitsui que não era tão bom, mas estava menos empedrado. Andei comprando mais sal dele mas de outro sal, nunca mais comprei Mitsui. Nessa época só comprei Mitsui. Depois que ele acabou a representação da Mitsui, ele começou a vender Premix. Eu comprava na loja e recebia lá na fazenda”.

Do mesmo modo, o autor, Miguel Antônio Mendes, declarou que “trouxe todas as fazendas junto comigo, 126 fazendas, foi faturamento na época de mais de 100 fazendas. Ai no terceiro ou quarto carregamento o sal veio empedrado, 90% empedrado, nem arrumávamos carregador porque eles falavam que iam machucar a cabeça. Vendi mais de mil toneladas em sete/oito meses. Eu passava e-mail para eles, ai amanhecia tinha 3, 4 caminhões em frente a loja para devolver os sacos de sal, e os representantes não estavam nem ai, não resolviam. Os produtores colocavam o sal nos cochos e o gado não comia de tão empedrado que estava. Uns pegavam marreta para quebrar o sal. Ai chegou uma época de 90 dias que ninguém aguentou mais. Essas fotos juntada são da minha loja, o sal vinha normal, só que em 3, 4 dias o sal empedrava tudo, a maioria eu banquei todo esse desgaste da empresa. Paguei até duplicata de cliente que está ai no laudo. Em novembro, para dezembro de 2009, eles disseram que havia possibilidade de abrir outra filial aqui em Alta Floresta, eles falavam que iam repor o sal empedrado, mas nunca fizeram isso. Em fevereiro eu sai fora e eles trocaram de representante.

Em 2010 mais ou menos, voltei para a empresa antiga. Além da duplicatas, a Tortuga colocou que nome no SERASA. Eu e a Premix fizemos uma reunião e dentro de 90 a 100 dias os clientes voltaram todos para mim, mas não foi fácil. Não retiraram o sal mineral empedrado da minha empresa, não tinha condições de revender o sal. Quando o sal chegava ele ia direto para as fazendas, ele já chegava empedrado, tanto que os saqueiros não queriam descarregar, 90% do sal já

Superior Tribunal de Justiça

chegava empedrado. Eu estocava de maneira correta, com local coberto, o índice de reclamação foi 90%. Não fiquei devendo nada para a Tortuga, trabalhei com essa empresa de maio de 2009 até fevereiro de 2010”.

Desarmônico aos fatos descritos e afirmados acima, tem-se os depoimentos dos informantes, Sr. Adalberto Soares Frutoso e Sr. José Henrique P. Batista Silveira, os quais confirmam que trabalham com exclusividade “Tortuga” há vários anos, e nunca venderam o sal Mitsui, apenas, na época dos fatos, ouviram falar que o sal empedrou pelo armazenamento indevido o autor. Todavia, tais alegações sequer foram corroboradas por provas e/ou documentos suficientes para comprovar que o sal empedrou por culpa exclusiva dos Requerentes.” (ID. 3979268 - Pág. 5/6 e 3979269 - Pág. 1).

Assim, na espécie, verifica-se que as situações relatadas pelos apelados são capazes de ensejar a condenação da apelante ao pagamento de indenização por danos morais, eis que demonstrado que os apelados passaram por situações vexatórias, virando motivo de chacota entre alguns clientes, pelo fato de vender o sal “empedrado”, perdendo alguns clientes que nunca mais compraram com o na empresa do apelado, nem mesmo com o apelado, conforme declarações prestadas em juízo pelas testemunhas (e-STJ, fls. 548/551 - sem destaque no original).

Nesse contexto, para se chegar a conclusão diversa da que chegou o TJMT, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório, procedimento sabidamente inviável na instância especial por incidir a Súmula nº 7 desta Corte: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

A propósito, vejam-se precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. REPORTAGEM TELEVISIONADA. REPERCUSSÃO NEGATIVA. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. VALOR INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Na hipótese, os magistrados de origem atestaram, com base na prova pericial, que a reportagem da recorrente repercutiu negativamente na imagem da recorrida. Rever tal conclusão exige o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

3. O caso concreto não comporta a excepcional revisão por esta Corte, pois o valor indenizatório, arbitrado em R\$ 50.000,00

Superior Tribunal de Justiça

(cinquenta mil reais), não se revela exorbitante para reparar dano moral decorrente de reportagem televisada.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.165.842/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 8/10/2018, DJe 15/10/2018 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO NCPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PUBLICAÇÃO DE REPORTAGEM EM REVISTA DE GRANDE CIRCULAÇÃO E TAMBÉM NA INTERNET. MATÉRIA JORNALÍSTICA OFENSIVA À HONRA. DANO MORAL CARACTERIZADO. INVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DESTA CORTE. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. O Tribunal local, amparado no conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que a matéria jornalística exorbitou a liberdade de manifestação de pensamento e o direito de informação, caracterizando, assim, verdadeiro ato ilícito apto a causar dano moral, justificando-se, nessa medida, o dever de indenizar.

3. Impossível rever tais conclusões sem nova incursão ao caderno fático-probatório, o que atrai a incidência da Súmula nº 7 do STJ.

[...]

6. Agravo interno não provido, com aplicação de multa.

(AgInt no REsp 1.388.125/SP, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 14/8/2018, DJe 23/8/2018 - sem destaque no original)

(2) Do quantum indenizatório

DSM PRODUTOS postulou a redução do *quantum* indenizatório, sob a alegação de que ele seria exorbitante.

É de se ressaltar que esta Corte tem se pronunciado reiteradamente no sentido de que o valor de reparação do dano moral deve ser arbitrado em montante que desestime o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido para a vítima.

Dessa forma, a jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de que os valores fixados a título de danos morais, porque arbitrados com fundamento no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, só podem ser alterados em hipóteses excepcionais, quando constatada nítida ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mostrando-se irrisória ou exorbitante.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA. 1. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. 2. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE OBSERVADAS. IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento é imprescindível que se demonstre de forma clara os dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão. Impositiva a incidência do entendimento jurisprudencial expresso no enunciado n. 284 da Súmula do STF.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a redução ou majoração do quantum indenizatório é possível somente em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a indenização arbitrada, sob pena de incidência do óbice da Súmula n. 7 do STJ. Proporcionalidade e razoabilidade observadas no caso dos autos.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.655.592/AM, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 4/9/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/2015) - AÇÃO CONDENATÓRIA (INDENIZAÇÃO) - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. O óbice da Súmula nº 7 do STJ inviabiliza o pleito de revisão do quantum indenizatório arbitrado a título de danos morais, se este não se revelar irrisório ou exorbitante, como no presente caso.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 996.785/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJe 28/8/2017)

No caso concreto, o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), fixado pelo TJMT para a indenização por danos morais, sendo R\$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) para MIGUEL e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para cada uma das autoras AGROMENDES e M. M. REPRESENTAÇÕES, não se mostra excessivo a justificar a excepcional intervenção desta Corte no presente feito.

(3) Do termo inicial dos juros moratórios incidentes sobre os danos

materiais

O TJMT fixou como termo inicial dos juros de mora a data do prejuízo (e-STJ, fl. 552).

Contudo, segundo a jurisprudência desta Corte, em se tratando de responsabilidade contratual, os **juros de mora contam-se da citação**.

Anote-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. DATA DA CITAÇÃO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, devem ser afastadas as alegadas ofensas ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que o termo inicial dos juros de mora, nas indenizações por danos materiais e morais decorrentes de ilícito contratual, é a data da citação.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1364146/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe 19/9/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CUMULADA COM INDENIZAÇÃO. FASE DE CUMPRIMENTO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. 2. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. PRECEDENTES. 3. HONORÁRIOS RECURSAIS. AGRAVO INTERNO. NÃO CABIMENTO. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O mero julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão de uma das partes não caracteriza a ausência de prestação jurisdicional, tampouco viola o art. 489 do CPC/2015.

2. O Superior Tribunal tem a orientação segundo a qual o termo inicial dos juros de mora, nas indenizações por danos materiais e morais decorrentes de ilícito contratual, é a data da citação.

3. Não cabe a condenação ao pagamento de honorários advocatícios recursais no âmbito do agravo interno, conforme os critérios definidos pela Terceira Turma deste Tribunal Superior - EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ, desta relatoria, julgado em 4/4/2017, DJe de 8/5/2017.

4. Agravo interno improvido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp 1293096/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 6/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CONJUGADO COM DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROTESTO REGULAR. SUPERVENIÊNCIA DE PAGAMENTO. CARTA DE ANUÊNCIA. ENTREGA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO. BAIXA. DANO MORAL DEVIDO. REDUÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL. DISSÍDIO DEFICIÊNCIA. SÚMULA Nº 284/STF. SÚMULA Nº 83/STJ.

[...]

7. O marco inicial para a incidência dos juros de mora, no caso de responsabilidade contratual é a citação. Precedentes.

8. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.169.647/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 6/3/2018, DJe 12/3/2018 – sem destaque no original)

Nessas condições, **CONHEÇO EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **DOU-LHE PROVIMENTO** para fixar a citação como termo inicial da fluência dos juros moratórios incidentes sobre a condenação por danos materiais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator